

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O PIB REFLETE O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO?

FERNANDO CZIMIKOSKI

FLORIANÓPOLIS, 2015

FERNANDO CZIMIKOSKI

O PIB REFLETE O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO?

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Brena Paula Magno Fernandez

Florianópolis, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno Fernando Czimikoski na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora

Profa. Dr. Brena Paula Magno Fernandez
(Orientadora)

Profa Dr. Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Prof. Max Cardoso de Resende

AGRADECIMENTO

No decorrer dessa vida me deparei com muitas pessoas que julguei importante e acredito ter contribuído na formação do meu caráter enquanto pessoa.

À medida que percorri essa estrada e que não foi nada fácil por sinal, engana-se muito aquele que pensa que é só sol, praias e surf todo dia... Posso dizer com todas as letras que é uma grande insolação, um grande caldo e alguns dias nublados; mas nem tudo foi ruim, tive grandes dias de verão e muitas ondas.

A convivência com pessoas distintas me mostrou que talvez a coisa mais importante seja saber respeitar as diferenças e ser grato àqueles que foram pacientes comigo e que, às vezes, até mesmo sem querer fui rude, a elas meu perdão e meu muito obrigado.

Talvez me considere egoísta demais para agradecer sinceramente e de forma individual a todos aqueles que contribuíram para a realização dessa caminhada, pois está não começou na UFSC, e sim, há muito tempo atrás quando tive interesse em estudar, agradecer assim, pode não ser uma tarefa fácil, nem justa.

Para não correr os riscos de ser injusto, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje. Mas tenho o dever de agradecer algumas pessoas:

Minha mãe/pai **Ivorete Alves Czimikoski**, minha parceira, meu porto seguro, com todo o meu amor dedico esse trabalho e tudo que faço na minha vida a você. Sei que recebi tudo que podia para ser o homem que me tornei e cada palavra, conselhos, sorrisos, abraços e beijos recebidos nessa luta. Sei que a tarefa não foi fácil, criar 3 grandes filhos sozinha, lembro de cada passo dessa caminhada, minha guerreira e vou fazer de tudo para te fazer feliz minha mãe.

Meus irmãos, por sempre estarem perto quando mais precisei **Felipe Czimikoski**, **Elizabeti Czimikoski** amo muito vocês.

Luiza Silveira Czimikoski, minha afilhada, meu tesouro, minha princesa que me traz toda felicidade que existe cada desenho, sorriso e cada descoberta e ensinamento que aprendo com você minha pequena.

Minha avó **Lidia Antônio da Rosa Alves**, minha velha, corajosa e que sempre foi meu suporte, a mulher mais forte que conheci. Muito obrigado por tudo, e essas palavras é o mínimo que a senhora merece. Te amo para sempre.

Em especial a minha grande família: Tia Ivone, tia Nenete, tia Vera, Tio Duarte (o melhor padrinho), tio Valtinho. Não sei o que seria sem ter vocês sempre do meu lado.

Meus primos, os irmãos que a vida proporciona, são eles que entendem essa família louca melhor que qualquer pessoa. Agradecimento especial a meu primo **Victor Crispim Alves**, meu parceiro, amigo e surfista preferido, que as ondas possa nos trazer a felicidade que merecemos e agradeço por tudo e cada conversa que tivemos nesse longo caminho.

Agradeço a minha família que escolhi nessa trajetória, **Mauricio Pascoali**, meu melhor amigo, você esteve comigo na fase que mais precisei senti meu sofrimento no começo da graduação, viu minhas alegrias e esteve junto em todos os momentos, sendo eles tristes ou felizes, me aguentou esse tempo todo com energético ou não (hahaha).

Monise Bento Joaquim, Meu amor, nossa amizade atravessa e atravessou barreiras, mas continua cada vez mais forte; cada história, cada risada, cada cerveja; o melhor começo de todos: no cursinho da UFSC, uma deusa que mal falava comigo me fez ser encantado por esse sorriso lindo e esse jeitinho educado de ser (acho que foi macumba) hahahaha. Tenho a sorte de ter a melhor amiga de todas e a frase “*o moço acho que você deixou seu tênis lá atrás*” acompanha essa história de amor que resistiu a todos os momentos, na saúde e doença e até que a morte nos separe.

Maísa Goulart de Souza Ribeiro, “Mi cariño” quantas histórias? São tantas que não sei mensurar. Minha amiga, parceira, confidente. Obrigado por me ensinar tantas coisas entre elas a viajar, e dividir esses momentos malucos de planejamento, e medo de teco-tecos de 11 lugares. Já passamos tantos perrengues juntos em terras latino-americanas, algumas tão marcantes como uma bomba na mala, ou atravessar o rio de janeiro para chegar a tempo no aeroporto-Sem falar uma palavra – ou simplesmente por uma pergunta: quanto custa uma passagem de ônibus para Floripa?. Como esquecer aquela pré-apresentação para o congresso chileno? “Camuflagem” ou “*Universidad de Cambridge*”, ou melhor, lembrar-se do “*puerta cerrada*” e da correria igual cena de filme no aeroporto de Santiago?! Das horas intermináveis no aeroporto de Guarulhos esperando o embarque para o Peru, Ou dos nossos passeios no meio do semestre para nosso

querido Rio de Janeiro ou das conversas diárias no “banquinho CSE” ou na Secrets. Um sorriso e um abraço sinceros falam melhor que mil vezes “obrigado”. Terás sempre o meu sorriso.

Leonardo Padilha, Algumas vezes na vida, você encontra uma pessoa especial, alguém que muda sua vida simplesmente por estar nela. Esse alguém que te faz sorrir até você não poder mais parar. Alguém que faz você acreditar que realmente tem algo bom nesse mundo conturbado. Mesmo quando estou para baixo e o mundo parece escuro e vazio, saber que você está perto para me por para cima e faz com que esse escuro fique mais claro e mesmo as coisas mais tristes, difíceis e confusas não são absolutamente nada. Uma só mensagem de agradecimento é pouco para poder dizer tudo que eu tenho que falar para você Leo. Obrigado por ser quem você é, e agradeço imensamente por passar os embaraços da vida junto comigo, por gargalhar com as minhas piadas sem graças e conhecer meu lado mais ridículo e divertir-se junto comigo.

Meus amigos não menos importantes agradecem a compreensão e apoio durante esta jornada de renúncia e dedicação, peço desculpa por não ir naquela festa porque estava estudando Macroeconomia 3 ou de perder aquele churrasco para ir para Imbituba, ou até mesmo perder aquele baile no atlético porque a econometria me tirava o sono, obrigado pela compreensão e apoio nesses longos anos.

A todos os meus professores de todos os tempos. Tive alguns grandes mestres outros nem tantos, mas alguns não pouparam esforços na transmissão do conhecimento a eles resguardados.

Aos funcionários do **CSE** pela paciência que tiveram conosco e proporcionar aquele cafezinho quando o sono me consumia nas aulas matutinas e noturnas.

A professora **Brena**, minha MUSA orientadora, posso dizer que minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a sua pessoa. Você com sua gentileza, carinho e bons puxões de orelha me guiou e me norteou na elaboração deste trabalho.

Obrigado é pouco para toda essa gente.

"Sou um só, mas ainda assim sou um. Não posso fazer tudo, mas posso fazer alguma coisa. Por não poder fazer tudo, não me recusarei a fazer o pouco que posso. O que eu faço é uma gota no meio de um oceano, mas sem ela o oceano será menor."

Madre Teresa de Calcutá.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Tema e Problema de Pesquisa.....	16
1.2 Objetivos.....	18
1.2.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	18
1.2.2 <i>Objetivo Específico.....</i>	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Metodologia.....	19
2 O PRODUTO INTERNO BRUTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	19
2.1 PIB: indicador abrangente dos produtos e serviços finais.....	19
2.2 O Produto Interno Bruto - PIB: Conceito e Mensuração.....	19
2.3 Diferença entre PIB, PIB real e nominal, PNB.	21
2.4 Distinção entre Crescimento e Desenvolvimento Econômico.....	22
3 OS LIMITES DO PRODUTO INTERNO BRUTO PARA MEDIR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	24
3.1 Bem-estar – Crítica ao uso do Produto Interno Bruto.....	26
3.2 CMEPSP – Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico.....	27
3.3.1 <i>Contabilização da depreciação e depleção.....</i>	28
3.3.2 <i>Renda nacional e Doméstica.....</i>	29
3.3.3 <i>Serviços públicos.....</i>	29
3.3.4 <i>Gastos com defesa.....</i>	30
3.3.5 <i>Medição da atividade Econômica doméstica.....</i>	31
3.3.6 <i>Valorizar a produção de serviços domésticos.....</i>	31
3.3.7 <i>Trabalho voluntário.....</i>	32
3.3.8 <i>Valores do lazer.....</i>	32
3.3.9 <i>Externalidades.....</i>	33
3.3.10 <i>Externalidades Ambientais - Catástrofes naturais.....</i>	34
4 MEDIDAS DE BEM-ESTAR AGREGADO.....	35
4.1 Medida de bem-estar econômico (MEW).....	36

4.2	Índice de Bem-estar Econômico Sustentável (ISEW)	37
4.3	Indicador de Progresso Genuíno (GPI)	38
4.4	Índice de Bem-estar Econômico (IEWB)	38
4.5	Análises comparativas de medidas de bem-estar econômico.	40
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

RESUMO

CZIMIKOSKI, Fernando. **Indicadores Econômicos: O PIB Reflete o Crescimento e o Desenvolvimento Socioeconômico?** Florianópolis, 2015. 48f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico.

O Produto Interno Bruto, também conhecido como PIB, é o principal medidor do crescimento da economia de uma cidade, região, estado, país, ou grupo de nações. O cálculo é feito com base nos valores de todos os serviços e bens produzidos dentro de uma região definida e em um determinado período. Porém, para diversos autores, o PIB já chegou a sua idade de aposentadoria e não mede o bem-estar da população e diversas falhas são encontradas na sua mensuração. O distanciamento era oportuno na década passada, contudo a busca por uma melhor condição de vida e por bem-estar é uma preocupação das pessoas do século XXI. Para entender quais são os verdadeiros valores da vida é preciso entender diversos fatores que nos cercam. É de extrema importância saber o que significa e como são mensurados os indicadores que resultam o bem-estar dos nossos familiares e que leva em consideração fatores de nossas vidas. Diversas são as críticas encontradas no cálculo do PIB no que diz respeito às medidas de bem-estar, o PIB identifica crescimento de uma nação, mas não o desenvolvimento. No decorrer do trabalho as características do indicador são apresentadas, assim como algumas alternativas disponíveis como MEW (Measure of Economic Welfare) ou Medida de bem-estar econômico que acrescenta o bem-estar; ISEW (Index of Sustainable Economic Welfare) ou Índice de Bem-estar Econômico Sustentável – que da mesma forma que o MEW analisa o bem-estar com enfoque na sustentabilidade; GPI (Genuine Progress Indicator) ou Indicador de Progresso Genuíno, da mesma forma que os outros indicadores desejam uma melhora nas condições de bem-estar e por fim o IEWB - Index of Economic Well-Being ou índice de Bem-estar Econômico que propõe um indicador de bem-estar econômico com base nos indicadores analisados anteriormente e vem sendo adotado por diversos países como Alemanha, Bélgica, Canadá Espanha, EUA, França, Holanda Itália, Noruega, Inglaterra que propõe correções no cálculo do PIB para mensurar o bem-estar da população.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Produto Interno Bruto - PIB, Indicadores Socioeconômicos.

ABSTRACT

The Gross Domestic Product also known as GDP growth is the main measure of the economy of a city, region, state, country or group of nations. The calculation is based on the values of all goods and services produced within a defined area and within a certain period. Though, to several authors, GDP has already reached your retirement age and not measures the of the population welfare and several flaws are found in its measurement. The distancing was opportune last decade, however the search for a better condition of life and the search for a wellness is a concern of people the XXI century. To understand what are the true values of life we must understand several factors that surround us. It is extremely important to know what it means and how the indicators resulting the well-being of our family and that takes into account factors of our lives are measured. Several are the critical found in the calculation of GDP with respect to welfare measures, GDP growth identifies a nation, but not development. In the course of this research indicator characteristics are presented and give alternatives available as MEW (Measure of Economic Welfare) or Measuring economic well-being which adds the well-being; ISEW (Index of Economic Welfare Sustainable) or Welfare Sustainable Economic Index - which just like the MEW analyzes the welfare focusing on sustainability; GPI (Genuine Progress Indicator) or Genuine Progress Indicator, just like the other indicators wish an improvement in welfare and finally the conditions IEWB - Index of Economic Well-Being and Welfare Economic index proposing a indicator of economic well-being based on the indicators discussed above and has been adopted by several countries like Germany, Belgium, Canada Spain, USA, France, Holland, Italy, Norway, England proposing corrections in GDP calculation to measure well-being of the population.

Keywords: Development; Gross National Product - GNP; Socioeconomic Indicators.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: FORMULA DO IEWB	39
QUADRO 2 - ELEMENTOS INTEGRANTES NO CÁLCULO DO BEM-ESTAR DOS INDICADORES.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

CMEPSP – Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

CSD - Comissão Internacional para o Desenvolvimento Sustentável.

ESI –Environmental Sustainability Index.

EUA – Estados Unidos da América.

FBKF – Formação Bruta Capital Fixa.

FIB – Felicidade Interna Bruta.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FPE – Fundo de Participação dos Estados.

FPM – Fundo de Participação Municipal

GPI – Genuine Progress Indicator (Indicador de Progresso Genuíno)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IEWB – Index of Economic Well Being.

IMB – Instituto Mario Borges.

IUCN –International Union for the Conservation of Nature.

MEW – Measure of Economic Welfare (Medida de Bem-estar Econômico)

ONG – Organização Não-Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto.

PIL – Produto Interno Líquido.

PNB – Produto Nacional Bruto.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

RN – Renda Nacional.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

1. INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto, também conhecido como PIB, é o principal medidor do crescimento da economia de uma cidade, região, estado, país, ou grupo de nações. O cálculo é feito com base nos valores de todos os serviços e bens produzidos dentro de uma região definida e em um determinado período. O cálculo do PIB foi criado por Simon Kuznets próximo dos anos 1930, período chamado “Grande Depressão” e também da segunda guerra mundial, com o propósito de mensurar o quanto uma nação era grande economicamente rica. Nos dias de hoje o PIB continua com sua hegemonia tal que ainda é o principal indicador do crescimento econômico dos países. Conforme o próprio criador, em um discurso no congresso dos Estados Unidos, “A riqueza de uma nação dificilmente será perfeita apenas mensurando sua renda nacional” (Kuznets, 1932). O PIB foi modernizado pelo britânico Richard Stone em 1937, deixando de modo que se tornou mais claro e concreto. O Fundo Monetário Internacional (FMI) tratou de espalhar seus conceitos por todo mundo, chegando ao Brasil em 1948 com responsabilidade do IBGE.

A principal fórmula para o cálculo do PIB é a soma do consumo privado (C), investimento total feito na região, estado ou país (I), gastos do governo (G) e exportações (X) deduzidas das importações (M); em suma $PIB=C+I+G+(X-I)$. São contabilizadas a produção industrial, agropecuária, serviços, o consumo das famílias, os gastos do governo, o investimento das empresas e a balança comercial. Totalizando 56 atividades econômicas e mais de 110 mercadorias e serviços.

Seguindo como base as palavras de Kuznets em 1932 fica nítido que há uma dificuldade intrínseca em mensurar o tamanho de uma economia apenas por um único indicador, mesmo que este pareça exato acaba fugindo da realidade. A mensuração se baseia em partes por estimativas.

Para diversos autores, o PIB já chegou a sua idade de aposentadoria e não mede o bem-estar da população, tanto que há diversas falhas encontradas em seu processo de mensuração. O distanciamento era oportuno na década passada, porém a busca por uma melhor condição de vida e a busca por um bem-estar é uma preocupação constante na contemporaneidade. Assim como a melhoria das condições de vida é um anseio constante da sociedade. Em todos os países do mundo a economia é calibrada de acordo com o crescimento do PIB. Acredita-se, então, que no decorrer do cotidiano a sociedade em geral tende a esquecer de qual é o real objetivo de uma

economia. Isso vale tanto para os gestores públicos, sejam eles políticos ou não, quanto para os empresários e agentes em geral. De nada adianta crescer se este crescimento não retornar à sociedade em forma de bem-estar, ponto central das teorias que serão apresentadas neste trabalho. Dada a relevância descrita acima, pode-se dizer que este trabalho visa contribuir para a ampliação de horizontes em defesa da atenção ao bem-estar da população.

O objetivo do presente trabalho é determinar o cálculo do bem-estar de uma economia. Propõe-se o levantamento de diferentes aspectos que possam compor uma medida de bem-estar econômico apresentados nos seguintes capítulos:

O capítulo II apresenta as primeiras respostas dos objetivos do capítulo anterior. Isso foi realizado através de diversos autores como Cardoso (1985); Carvalho (2008); Blanchard (2007); Bergh (2009) Rossetti (1979) - entre outros - para um estudo mais preciso através de conceitos analíticos sobre o PIB, tirando dúvidas conceituais acerca do conceito de crescimento econômico, desenvolvimento econômico de modo a diferenciar o PIB, PIB per capita e PNB.

No capítulo III, as principais falhas do PIB serão vistas, considerando-o como um indicador de desenvolvimento através da CMEPSP, onde o bem-estar é apresentado através dos subitens que explicam como o Produto Interno Bruto não contabiliza o que é importante para a população sendo impossível aproximar este resultado de uma expressão representativa da qualidade de vida.

No capítulo IV alternativas para uma medida mais concreta e exata para mensurar o bem-estar e felicidade das pessoas são apresentadas. As principais medidas e metodologias utilizadas são: MEW (Measure of Economic Welfare) ou Medida de bem-estar econômico que acrescenta o bem-estar; ISEW (Index of Sustainable Economic Welfare) ou Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável – que, em acordo com as proposições elencadas no MEW, analisa o bem-estar com enfoque na sustentabilidade; GPI (Genuine Progress Indicator) ou Indicador de Progresso Genuíno, da mesma forma que os outros indicadores desejam uma melhora nas condições de bem-estar.

Por fim, o último é reservado para as considerações finais e suas principais conclusões sobre os indicadores econômicos e a contribuição para mensurar o bem-estar econômico.

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Para entender quais são os verdadeiros valores da vida é preciso entender diversos fatores que nos cercam. É de extrema importância saber o que significa e como são mensurados os indicadores que resultam o bem-estar dos nossos familiares e que leva em consideração fatores de nossas vidas. Bom seria se esse indicador representasse com precisão a vida; a verdade é que o Produto Interno Bruto tenta representá-la dentro da economia, mas esquece de diversos pontos importantes em busca somente de um número, uma estatística, algo abstrato que de às vezes não se faz importar.

Muitos autores de todo o mundo tratam desta temática: alguns defendem seu conceito de forma principal adotando os termos e conceitos do PIB enquanto outros defendem uma mudança e jogam o PIB como uma piada gigantesca como Veiga (2008) define sua sigla como “PIB: Piada Infame e Banal”. O ganhador do Nobel em economia Stiglitz confronta o PIB de forma mais sucinta, fazendo suas observações das falhas existentes nesse indicador.

Antes de jogar ou tomar uma posição é preciso entender que o PIB incorpora e o que ele tem a falar, desse modo, têm como objetivo analisar diferentes conceitos e desmitificar eventuais confusões.

No que se refere à discussão relacionada ao crescimento ou desenvolvimento econômico é preciso pontuar que para Ignacy Sachs (2004, p.38) existe uma confusão sobre os dois termos, que são tão diferentes. Para o autor “desenvolvimento econômico é puramente uma variável qualitativa e o crescimento econômico uma variável quantitativa”, visto isso é possível mensurar o crescimento e definir em um único número, por exemplo, o quanto um país é grande. Entretanto não é possível calcular o desenvolvimento, o que é preciso fazer é analisar e interpretar tal conceito. Dessa forma foram elaborados “critérios para o desenvolvimento” (SACHS, 2004, p.38) para efetuar a mensuração dos fatores relacionados direta ou indiretamente ao conceito de desenvolvimento.

O presente trabalho vem encontrar respostas para diversas perguntas, por exemplo: “é possível transformar o PIB em um indicador que agrega todas as variáveis econômicas ou socioeconômicas?” ou “o que é mais importante: uma estatística ou o bem-estar da população?”. Para responder essas perguntas é preciso encontrar os problemas presentes na mensuração. Por conta disso é escopo deste trabalho analisar adentrar nesta análise com enfoque no bem-estar da população.

Após apresentar e dissertar acerca das deficiências contidas no cálculo do Produto Interno Bruto, o presente trabalho buscará novas metodologias de estudos realizados recentemente, que tem como objetivo promover a propagação de indicadores socioeconômicos mais próximos de captar o bem-estar da população que se vincula a renda e não mais apenas, como sugere o PIB.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar, analisar e identificar os componentes do Produto Interno Bruto analisando sua verdadeira eficiência juntamente com o PIB per capita, e PNB. Apresentando características, definições e singularidades sobre o bem-estar econômico a partir dos pontos positivos e negativos.

1.2.2 Objetivo Específico

1. Identificar os principais conceitos acerca do Produto interno Bruto;
2. Diferenciar e conceituar os termos “desenvolvimento e crescimento econômico”;
3. Analisar as críticas ao uso do PIB como indicador de desenvolvimento;
4. Apresentar as principais recomendações e alternativas de mensuração de desenvolvimento para além do PIB;

1.3 Justificativa

Devido à importância do assunto, estudar o desenvolvimento econômico se faz necessário para entender todo o contexto em que vivemos. O PIB é um indicador que mensura determinados fatores e ignora outros. O bem-estar das pessoas, em muitos casos, é ignorado pelo indicador. As falhas analisadas devem ser avaliadas, estudadas e sugestões devem ser dadas sobre o tema. Este trabalho contribuirá para uma maior compreensão dos indicadores socioeconômicos destacando aspectos importantes sobre o desenvolvimento econômico versus crescimento econômico assim como sobre o bem-estar, buscando resposta acerca das dificuldades de medição do PIB e da problemática conflituosa de sua utilização como indicador socioeconômico.

1.4 Metodologia

A natureza do estudo será baseada na abordagem descritiva e explicativa. A pesquisa bibliográfica será feita com base em livros, teses, sítios eletrônicos e documentários, buscando trabalhar com as principais teorias e autores especializados sobre cada tema. Permitindo uma análise mais profunda do problema, além de admitir maior precisão no diagnóstico dos aspectos pertinentes ao desenvolvimento, crescimento econômico e bem-estar, essa pesquisa busca compreender as causas fundamentais da dificuldade de medição do desenvolvimento e algumas dificuldades dos indicadores socioeconômicos. Um dos problemas que pode ser imediatamente percebido refere-se ao fato de que os indicadores quantitativos não são capazes de medir com precisão um critério qualitativo. Entretanto a dificuldades em tentar em um único modo juntar os diversos indicadores que possuem distintas qualidades em um índice sintético que explique o desenvolvimento de um país.

2 O PRODUTO INTERNO BRUTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 PIB: indicador abrangente dos produtos e serviços finais

Segundo Cardoso (1985), na economia existem diversos indicadores que executam esse papel como MEW, ISEW, GPI e IEWB; estipular o quanto um país cresceu em números não é tarefa fácil. Na tentativa de encontrar um indicador completo que ampliasse todos os produtos e serviços finais, economistas e líderes mundiais adotaram um indicador padrão para comparar as economias de cada país em determinado período estipulados e distintos e, contudo, fica claro que há uma série de lacunas e imperfeições que sugerem erros contidos em sua metodologia de cálculo – Produto Interno Bruto.

2.2 O Produto Interno Bruto - PIB: Conceito e Mensuração

Desde 1960 o PIB adquiriu elevada popularidade sendo utilizado pela ampla maioria das nações para mensurar seu comportamento econômico, determinando a classificação dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Segundo Bergh (2009) usar a interpretação do PIB (per capita) como uma ferramenta para medir o bem-estar social vem sofrendo duras críticas de diversos e renomados autores do século

XX, entre eles vários autores que receberam o Nobel: Stone, Schwarz, Schkade, Krueger (2004), Dasgupta (2001), Dasgupta e Mäler (2000), Weitzman e Löfgren (1997), Hartwick (1990), Daly (1977), Sen (1976), Nordhaus e Tobin (1972), Samuelson (1961), Hicks (1948), Kuznets (1941).

O PIB, como avaliação do padrão de desempenho econômico, é vastamente aceito pelas agências financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que adaptam suas políticas com base neste indicador e, através dele, medem comparativamente o desenvolvimento econômico dos países. O PIB é calculado tanto em nível nacional, como nos campos regionais, estaduais e, em alguns casos, municipais. Desta forma, configura-se como o principal instrumento usado pelos governos, quando não a única utilizada, para verificar o crescimento, estagnação ou exaustão das economias e para planejar suas políticas e táticas de desenvolvimento.

O Produto Interno Bruto faz referência “ao valor agregado, depurado das transações intermediárias e medido a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico do país sob consideração” (Rossetti, 1979, p.164).

Descontando do PIB a depreciação de capital (consumidos com reposição de equipamentos, depreciação de edifícios, etc.), resulta o Produto Interno Líquido - PIL -, também chamado de Renda Nacional – RN. O PIB pode ser medido alternativamente, por três distintos caminhos, obtendo-se as mesmas implicações por quaisquer deles (Dornbusch, Fischer, 1991; Rossetti, 1979):

a) Ótica da produção: o PIB corresponde o somatório dos valores agregados brutos pelas divisões produtivas da economia, sobrepondo os impostos indiretos e diminuindo os subsídios;

b) Ótica da renda: o PIB é mensurado a partir das remunerações pagas às unidades familiares, através dos salários, lucros distribuídos, juros e através dos alugueis. A estas remunerações são acumulados os impostos indiretos e deduzidos os subsídios;

c) Ótica do consumo: O Produto Interno Bruto deriva da soma do consumo das unidades familiares e do governo, também os investimentos. Estes últimos podem ser estendidos em formação bruta de capital fixo (FBKF) e variações de estoques.

Deste modo, uma atividade econômica pode determinar produto/renda exclusivamente se for analisada dentro do que teoricamente é chamado de fronteira de produção.

Todas aquelas atividades não inclusas da fronteira não são contabilizadas pelas contas nacionais e, deste modo, não comprometem o cálculo do PIB. Atividades como a venda de

ativos produzidos em períodos anteriores não se configuram como produção, já que não existe uma adição de riqueza, mas simplesmente uma troca de ativos entre dois agentes da economia.

Nos dias de hoje, o significado de produção mais utilizado é o proposto pela ONU, que em seu manual de contabilidade, é determinado como: “toda atividade necessária para atender, nas ocasiões e lugares adequados, às necessidades humanas, coletivas ou privadas, de bens e serviços materiais e imateriais, tangíveis ou intangíveis” (ONU, 1993).

2.3 Diferença entre PIB, PIB real e nominal, PNB.

A confusão entre PIB e PNB é recorrente e, por isso solicita a atenção que será dada neste subtítulo. Em soma a isso, aponta-se a importância deste capítulo para apresentar conceitos que serão utilizados a posteriori. Ainda neste sentido, vale ressaltar que os dois são os mais importantes indicadores econômicos, porém o PIB é mais aplicado na maior parte do mundo, como por exemplo, no Brasil e Grã-Bretanha. Já nos Estados Unidos da América temos um exemplo prático de utilização do PNB. A ampla diferença entre ambos é que o PNB pondera as rendas enviadas e recebidas do exterior, enquanto o PIB os inclui. Ou seja, o PNB considera todos os valores que um país ganha do exterior, além das riquezas que foram ajustadas por distintas economias, enquanto o PIB representa todas as riquezas produzidas dentro de uma determinada região com fronteiras específicas independente do destino desta renda. O conceito de PIB também rejeita a entrada de verbas do exterior. Considerando apenas aquilo que é produzido dentro dos alcances de região ou país.

Nessa relação entre o PIB e PNB, segundo Blanchard (2007), os sentidos são distintos, devido o fato de o produto interno ser produzido com capital de posse de estrangeiros, enquanto parte do produto estrangeiro é produzido com capital de posse de residentes domésticos. No PIB a mensuração satisfaz ao valor adicionado domesticamente, enquanto o PNB corresponde ao valor acumulado por fatores de produção de posse doméstica. Ou seja, para transformar o PIB em PNB é imprescindível juntar os pagamentos de fatores recebidos do resto do mundo e deduzir os pagamentos de fatores efetuados ao resto do mundo. O PNB é então, o PIB somado aos pagamentos líquidos de fatores ao redor de todo planeta. Até a década de 90 o PNB foi o índice mais utilizado no mundo, perdendo espaço para o PIB.

Para Blanchard (2007) o PIB pode ter duas denotações: PIB nominal ou PIB real. O PIB nominal é a soma das quantidades de bens finais multiplicada pelos seus preços correntes.

Entretanto, conforme o aumento da produção dos bens ao longo do tempo o preço da maioria dos bens da mesma forma aumenta, elevando assim o PIB nominal ao longo do tempo.

Com o intuito de mediar a produção e sua respectiva variação ao longo desse tempo, é necessário deduzir o aumento dos preços na soma do PIB, desta forma utilizamos o PIB real. Dessa forma o PIB real é mensurado como a soma das quantidades de bens finais multiplicados por preços constantes.

2.4 Distinção entre Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Por muitos anos, os termos crescimento e desenvolvimento econômico foram confundidos e conceituados de forma idêntica, identificando que crescimento econômico resultaria em desenvolvimento econômico, desta forma, um país com crescimento econômico denotava uma nação em desenvolvimento.

Porém, há um abismo entre os termos. Segundo Souza (1993), o crescimento econômico é denominado pelo aumento da capacidade produtiva dos bens e serviços de uma nação, determinado pelo crescimento do PIB per capita, índice de crescimento da força de trabalho, produção da receita nacional e constituído pelo índice de crescimento do PIB per capita, pelo índice de crescimento da força de trabalho em um determinado período e aprimoramento da tecnologia.

Nesse contexto Pinho e Vasconcellos (2003) esclarecem que se tal crescimento fornece mudanças estruturais para a população como, por exemplo, a melhoria da saúde (diminuição da natalidade e mortalidade), educação, meio de transporte, cultura e comunicação e dinamismo entre as economias mundiais, tais valores são descritos pelo autor como mudanças estruturais quantitativas e qualitativas. Sobre as mudanças qualitativas fazer referência ao conceito de desenvolvimento econômico.

Assim segundo Oliveira (2002, p,32), “O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Implicando assim que as alterações do PIB e dos recursos alocados da economia devem melhorar os indicadores de bem-estar econômico.

Sandroni (2002) apoia a teoria ao dizer que o crescimento econômico em conjunto com as melhorias do nível de vida da população é o desenvolvimento econômico. Assim o

desenvolvimento depende do crescimento e, também, das características de cada país, dos fatores geográficos, culturais e da disponibilidade dos recursos naturais.

Os termos inovação, empreendedorismo e investimento são centrais para conceituar o crescimento econômico, bem como afetam a população, um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços. Para Bresser-Pereira (2006) o desenvolvimento econômico é um fato histórico que acontece nos países que alcançam sua revolução capitalista. O desenvolvimento econômico para esse autor se tipifica pelo avanço sustentado de produtividade ou da renda por habitante, seguido por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. O desenvolvimento econômico pode ser definido como um método pelo qual a renda nacional real de uma economia cresce durante um longo período de tempo. Bresser-Pereira (2006) acredita ainda que o desenvolvimento econômico está catalogado com o surgimento das nações e a formação do Estado-Nação relacionando-se ainda com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições e principalmente dos mercados relativamente competitivos. O desenvolvimento é, portanto, um acontecimento relacionado ao aparecimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: Estado e os mercados. Para que haja desenvolvimento econômico é essencial que os estabelecimentos garantam a ordem pública, a estabilidade política, o bom funcionamento do mercado e boas oportunidades de lucro que incentivem os empresários a investir e inovar. Dessa forma, para Bresser-Pereira (2006) é indispensável que o Estado, no seu papel de instituição maior, seja intenso, ou seja, tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei.

O fator fundamental para gerar o nível de aceleração do desenvolvimento capitalista, sob a ótica de Bresser-Pereira (2006), é a existência (ou não) de uma estratégia nacional de desenvolvimento. À medida que uma sociedade nacional revela satisfatória coesão, quando se trata de competir internacionalmente, aproveitará melhor os recursos e as instituições de que dispõe para crescer.

Como enfatizado anteriormente, o crescimento da produtividade de um país está condicionado diretamente à acumulação de capital e à incorporação de progresso técnico no conjunto da produção. Assim, o investimento e progresso técnico dependem, universalmente, da qualidade das instituições formais, mais precisamente das políticas e leis e da qualidade das

instituições informais, ou seja, das práticas sociais ou usos e costumes que cada sociedade nacional estiver adotando.

O conceito de desenvolvimento econômico para Bresser-Pereira (2006), bem como um processo histórico definido da elevação dos padrões de vida que ocorre dentro de cada Estado-Nação, é, por conseguinte o resultado de uma estratégia nacional que tem os governantes como os líderes, os empresários e as burocracias do Estado como os principais agentes, e como forma de concretização, a acumulação de capital e a incorporação de conhecimento à produção. Em cada Estado nacional a liderança é exercida pelo Governo, que age em estreita relação com os cidadãos e particularmente com os empresários no acesso ao definir políticas econômicas e instituições legais que promovam o investimento e o aumento da produtividade.

O processo de desenvolvimento econômico ocorre por etapas. Em um mundo globalizado e um ambiente de rápida modificação tecnológica, as empresas são obrigadas a reinvestir seus lucros, de modo a manter um aumento constante impedindo as estagnações. Em determinados momentos o desenvolvimento se apressa, indicando uma estratégia nacional de desenvolvimento, em outros momentos entra em estagnação. Desta forma cada nação enfrenta o desafio de superar estas fases, redefinir estratégias e retomar o desenvolvimento.

De acordo com Milone (1998), os países em desenvolvimento, apresentam algumas características em comum. As principais são: o baixo nível de qualidade de vida; a pobreza e distribuição de renda; baixo nível de produtividade, resultante da escassez de capital, do atraso tecnológico, falta de educação apropriada, falta de treinamento, habilidades entre outros; elevadas taxas de crescimento da população; elevados níveis de subemprego e desempregos. Acerca disso é possível afirmar que os principais são o crescimento exagerado da população, excedente de mão-de-obra no setor agrícola, e urbanização e industrialização crescente, porém insuficientes para ofertar o número de empregos desejados; dependência da produção agrícola e das exportações de produtos primários; e dependência e vulnerabilidade nas relações internacionais.

3 OS LIMITES DO PRODUTO INTERNO BRUTO PARA MEDIR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para que seja possível determinar um nível de “*desenvolvimento*” é preciso analisar diversos fatores. Dentre estes estão processos econômicos, políticos, culturais, sociais e

ambientais tanto em linhas gerais quanto em linhas específicas. Porém, alguns destes fatores podem ser considerados como variáveis meramente qualitativas e não quantitativas, dificultando o processo de cálculo. Vale ressaltar que estas variáveis não devem, em momento algum, serem confundidas com fatores relacionados ao “*crescimento econômico*” (que abrange variáveis apenas quantitativas). Desse modo é possível pontuar que um país pode ter um crescimento do PIB médio per capita ao mesmo tempo em que a desigualdade de renda tenha crescido e, concomitantemente, tenha sofrido resultados negativos no que se refere à relação social e/ou político – isso é o mesmo que dizer que o país em questão pode ter tido um crescimento econômico sem desenvolvimento. Da mesma forma que o contrário pode acontecer, um desenvolvimento sem crescimento ou crescimento negativo (Colman: Nixon, 1981).

A dificuldade em mensurar o desenvolvimento está intimamente relacionada ao seu conceito. Como já descrito no capítulo anterior, os critérios para essa mensuração são levados à ordem qualitativa de forma que são medidos fatores com características passíveis de serem mensuradas. Desse modo, há dificuldades no momento de considerar ou tentar formular um único método capaz de juntar diferentes qualidades em um único índice sintético cujo objetivo é obter um resultado final que elenque qual o grau de desenvolvimento de um país.

É mais prático para os economistas utilizar apenas um único indicador de desenvolvimento ao invés de vários indicadores que relacionados fariam uma melhor comparação. Essa preferência é evidenciada não apenas por meio de um determinado modelo teórico de desenvolvimento estar envolvido, mas também devido ao ponto principal ser proveniente da consideração de uma única série de dados para ser analisada e não várias simultaneamente.

O Produto Interno Bruto na utilização do progresso socioeconômico segue duas limitações elencadas por Nordhaus, (Nordhaus; Tobin, 1973 p. 56)

1 - O PIB como agregado monetário não contabiliza as atividades humanas que não são avaliadas pelo mercado;

2 - O PIB não mede os fluxos produtivos, desprezando os impactos das atividades humanas sobre os estoque e recursos naturais.

Então, expor o crescimento do PIB como indicador de desenvolvimento não parece ser uma utilização correta dado que não há condição alguma de servir como um indicador que “confronta” as questões distributivas. Além disso, a mensuração do PIB oculta dados produzidos

na economia como: trabalho não remunerado, trabalho voluntário, e trabalho formal. (Colman, D. Nixson, F. 1981 p144):

A mensuração do PIB é realizada somente sobre a produção em termos monetários, de modo que tais indicadores ignoram os casos ambientais e sociais no processo de produção. De acordo com a metodologia de cálculo atual os valores provenientes de bens ecológicos vitais são zerados: água, ar potável e biodiversidade. O PIB analisa os custos ambientais e suas “externalidades” igualmente como faz a economia padrão.

Bens ambientais como florestas e estoques de peixes oceânicos não estão contidos no cálculo do PIB: um país poderia destruir por completo toda sua floresta ou pescar todos os peixes do oceano (vendendo a madeira e os peixes), registrando-os no cálculo do PIB e, mesmo assim, nenhuma perda seria computada em lugar nenhum. A soma de todos esses valores não calculados no PIB responderia a 50% de toda a produção, mesmo em sociedades industrializadas. (Henderson, 2007; Vaury, 2007).

De acordo com a argumentação exposta nos parágrafos anteriores, lança-se como questão problemática a dúvida resultante da propriedade da utilização do Produto Interno Bruto como um indicador que direcione a política econômica, uma vez que a comparação deixa dúvidas e é bastante plausível que as políticas públicas embasadas sobre esse processo de cálculo também não repassem a clareza necessária.

3.1 Bem-estar – Crítica ao uso do Produto Interno Bruto

O PIB é utilizado para comparar, fiscalizar, e determinar as políticas econômicas que serão aplicadas em um período, contudo, para a economia neoclássica, o termo deveria ser o consumo e não a produção para a mensuração da utilidade dos indivíduos.

Um dos principais problemas encontrados pelos autores sobre o crescimento econômico refere-se ao questionamento sobre o modo em que este crescimento está sendo construído. O PIB não é considerado como um indicador de bem-estar econômico e, sendo assim, não deve ser objetivo de política econômica (NORDHAUS; TOBIN, 1973, p.512).

Bergh (2008) mostra as falhas do PIB como medida de bem-estar, dividindo em grupos específicos: estudo sobre a felicidade, princípios de contabilidade, considerações intertemporais, necessidades básicas e informalidade.

3.2 CMEPSP – Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico

O PIB, desde sua criação nos anos 50, nunca passou por uma revisão criteriosa que incluísse ou excluísse fatores em seu cálculo. Dada a limitação em medir somente as atividades econômicas dentro do mercado, há uma restrição de diversos fatores que fazem parte de outros tipos produção e desconsidera os benefícios e malefícios para população. Com base nisso, pode-se dizer que o PIB ignora se um país está produzindo armamento para uma guerra ou reconstruindo uma área completamente destruída por uma catástrofe natural.

Outro fator que não é calculado no PIB é o trabalho doméstico (não remunerado); não importa, também, se a atividade produtiva causa dano à população, explora ilegalmente o meio ambiente, polui ou desmata.

A CMEPSP foi criada com objetivo de analisar os problemas elencados nesta seção. O idealizador e criador da CMEPSP foi Nicolas Sarkozy, presidente da França, em abril de 2008. Os objetivos específicos desta comissão englobavam a análise dos possíveis cenários em que o PIB poderia atuar, tendo ciência de suas limitações e qualidades. Guiada pelos ganhadores do Nobel em Economia, Joseph E. Stiglitz e Amartya Sen, em conjunto com 22 especialistas em diversos assuntos, compõem as três áreas distintas que formaram a conclusão do primeiro relatório.

No ano de 2009 foi lançada a primeira versão do relatório cujo objetivo central era desenvolver um novo indicador e/ou preencher as lacunas dos indicadores existentes, lacunas estudadas e expostas em 2 partes - “Argumentos e recomendações” em 3 capítulos:

Classical GDP Issues - Detalhamento das questões clássicas PIB - analisa questões que não compõe as contas nacionais; avalia o desempenho de setores básicos como saúde e educação, trabalho informal e outros fatores, ofertando propostas para ampliar a margem de delimitações que hoje são mensuradas. (CMEPSP, 2009 p.21-40; 85 - 142);

Quality of Life - Critérios que definem a qualidade de vida e a relação na vida dos habitantes de um país quando se considera seu bem-estar e a interação através dos temas: meio ambiente, insegurança (tanto pessoal quanto econômica), lazer e trabalho não remunerado (CMEPSP, 2009 p.41-60; 86 - 143);

Sustainable Development and Environment - O Meio ambiente, em seus diversos ramos, é tratado cuidadosamente nesse capítulo, mostrando a depredação do mesmo que cresce continuamente e como o PIB analisa somente números e não a verdadeira face de um tema imprescindível para o século XXI. (CMEPSP, 2009 p.61-84; 233 - 292)

Através destes capítulos serão fornecidas contribuições para analisar diversos fatores que deveriam compor o estudo do “bem-estar” da população e influenciar no cálculo do PIB.

3.3 Indicações para medidas de Bem-Estar

Corroborando as considerações da Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico, ao avaliar as diversas falhas do PIB como medida de bem-estar, há algumas considerações e diversas sugestões sobre quais agregados econômicos deveriam ser utilizados e como tratá-los a fim de medir padrão de vida. Ressalta-se aqui que este trabalho não leva em conta a distinção entre os termos “padrão de vida” e “bem-estar”.

A partir deste momento diversas recomendações para o cálculo do bem-estar econômico em uma sociedade serão expostas e analisadas.

3.3.1 Contabilização da depreciação e depleção

Ciente de que o Produto Interno Bruto é uma medida de bens e serviços finais dentro de um determinado tempo, inserem-se neste cálculo os gastos com a depreciação de bens de capital, entretanto com um PIB grande na parte de renovação de bens de capital, menor será o que se destina ao consumo da população, dessa forma o PIL - Produto Interno Líquido contabiliza melhor o bem-estar. O termo depreciação é considerado como a diminuição do valor de um bem em função do seu uso e obsolescência. No caso dos bens de capital seja ele constante ou não, a variação do PIB e do PIL são feitas de modo muito similar. Contudo, atualmente a estrutura da produção tem se alterado. Bens de tecnologia se tornaram mais importantes e essenciais, correspondendo a uma parte do total dos bens de capital. Com o fim da vida útil de tais bens é relativamente maior, a depreciação média dos bens de capital tende a crescer de modo que o PIL crescerá menos que o PIB. No entanto, a depreciação não compõe o cálculo. Dentre as depreciações e depleções, o meio ambiente não é contabilizado nas contas nacionais. Assim, uma

alternativa para essa degradação seria ponderar a diminuição do capital natural em função da degradação como depreciação.

3.3.2 *Renda nacional e Doméstica*

A CMEPSP sustenta que para mensurar o desempenho econômico sob ótica do bem-estar, o cálculo deveria ser feito com base na “renda” e não no “produto”. Relaciona-se com o lado da oferta da economia enquanto “rendimento”, refere-se ao objetivo final da produção, ou seja, utilizar para o consumo e os padrões de vida mais elevados. CMEPSP (2009, p. 94).

Para a comissão, em um mundo globalizado pode haver diferenças nos rendimentos de um país e como é medida a sua produção. A renda (rendimento) é importante dado que visa mensurar o padrão de vida da população e a circulação de renda dos residentes que é enviada ou recebida do exterior:

A diferença do PIB e do PNB aumentou em alguns países. Isso afeta os julgamentos de quão bem as pessoas são. Suponha, por exemplo, que cada vez mais a produção ocorre dentro de um país por empresas pertencentes ao exterior. Enquanto os lucros gerados por estas empresas estão incluídos no PIB, eles não aumentam o poder de compra dos cidadãos do país. Para os cidadãos de um país em desenvolvimento pobres, para ser informado de que o PIB subiu pode ser de pouca relevância; eles querem saber sobre o seu próprio CMEPSP (2009, p. 94).

Dessa forma, outra sugestão dada pela CMEPSP (2009) é a substituição do termo “interno” por “nacional” deixando livre o recebimento de renda e envio de renda do exterior.

3.3.3 *Serviços públicos*

Os fatores relacionados aos “serviços” são totalizados como dois terços no cálculo do PIB. Incluem-se neste total os serviços oferecidos pelo governo. Segundo a CMEPSP (2009, p. 97), o governo oferece à população serviços divididos em dois grupos:

- Natureza coletiva - Segurança da população - que não é oferecida somente pelo governo dado que a iniciativa privada oferece esses serviços de acordo com o país.
- Natureza individual - Saúde e Educação - Tais serviços são prestados exclusivamente pelo governo. Possui uma responsabilidade grande para os setores econômicos:

Serviços de educação e saúde são, de longe, os mais importantes serviços individuais e sua disponibilidade, acessibilidade e qualidade desempenham um papel enorme na vida das pessoas. Saúde e educação são grandes setores na maioria das economias, mas sua produção tende a ser mal medido. CMEPSP (2009, p. 98)

Os dois grupos mencionados são contabilizados no PIB, no entanto, de forma incorreta. A valorização de tais serviços se dá pelos custos, ignorando a produtividade do prestador do serviço. De acordo com a Comissão a compreensão pode ser facilitada por meio de um exemplo: na área da saúde o médico experiente trata mais pacientes de forma eficaz do que um médico recém-formado; tais serviços são calculados pelo “custo” na área médica, assim não importa quem tratou de mais pacientes; os dois médicos são tratados igualmente e o real serviço médico prestado é ocultado na mensuração.

Os serviços prestados pelo governo não possuem valor de mercado e mensurar estes fatores se torna uma tarefa difícil. Para a economia, serviços públicos ou privados não deveriam ser vistos de forma distintas e tal incompatibilidade não deveria modificar o desempenho econômico como acontece nos dias atuais.

3.3.4 Gastos com defesa

A defesa da população é um gasto necessário e é realizado para manter a sociedade em ordem. Tais gastos do consumo são vistos como consumo intermediário (não contabilizado no PIB), não promovendo um benefício direto para a economia. As despesas defensivas são fornecidas pelo governo e pelo setor privado. Segundo a CMEPSP gastos com prisões e para manter bandidos fora da sociedade são realizados pelo governo, por outro lado, os gastos com deslocamento para trabalhar são pagos pelos trabalhadores, dessa forma são gastos privados. Diversos autores tratam estes gastos como intermediários e não finais

Conforme a CMEPSP (2009), em 1939 John Hicks salientou que "os serviços da polícia, justiça e defesa contribuem para a produção, e podem ser considerados como sendo usados na produção da mesma maneira que energia e combustível".

Ainda em acordo com John Hicks, pode-se dizer que é analisado no que é registrado nas contas nacionais, como consumo intermediário. Eisner (1988) corrobora alertando que isso se deve ao fato de os serviços de segurança são considerados finais quando pagos pelo governo e intermediários quando pagos pelas empresas privadas.

3.3.5 *Medição da atividade Econômica doméstica*

Os bens produzidos pelas famílias para consumo próprio não são contabilizados nas contas nacionais, dessa forma, de acordo com a CMEPSP, nenhum serviço que as famílias produzem para si mesmas, são contabilizados. Assim, ocultar tais serviços faz com que o crescimento da economia seja determinado de forma errônea em países em desenvolvimento.

Conforme determinação da Comissão, os serviços que não são mensuráveis, são os designados como “serviços domésticos” - atividades que aos indivíduos fazem trabalhos dentro de suas casas para sua família, tais como limpeza, preparo de alimentos e cuidado de crianças (CMEPSP. 2009, p. 125).

3.3.6 *Valorizar a produção de serviços domésticos*

O trabalho doméstico é uma das grandes polêmicas no que se refere ao processo de mensuração do PIB. Muitos autores e até mesmo pela CMEPSP (2009) e denominam como trabalho “*invisível*” sendo desprezado em consideração a outros serviços. Para o economista Marcus Eduardo Oliveira (2013) define o PIB como um “índice machista”, pelo fato de ignorar o trabalho doméstico sendo efetuado na sua maioria (80%) pelo sexo feminino.

Dando atenção aos cuidados da manutenção do lar, dos filhos e dos demais familiares, porém, para as contas nacionais, a mensuração só pode ser feita através do pagamento da seguridade social e dos impostos, dando assim uma vulnerabilidade grande para a precisão do cálculo. Segundo CMEPSP (2009) esse problema no cálculo pode ser exemplificado, por meio de uma fórmula:

Variante A, onde o tempo por dia e por pessoa alocado para o trabalho doméstico permanece constante; e Variante B, onde o tempo alocado para as mudanças de trabalho doméstico na mesma proporção que o tempo alocado no trabalho remunerado (o que implica uma diminuição em todos os países). A principal justificativa para a variante A é a sua simplicidade - por falta de melhor informação sobre a evolução do trabalho doméstico, que levá-la a manter-se inalterado. Variante B implica que o trabalho doméstico não é um substituto para o trabalho remunerado, e que o trabalho e o lazer funcionam como substitutos (CMEPSP. 2009, p. 129)

Deste modo é evidente que tais variáveis podem ser explicadas de maneiras diferentes lançando-se mão de várias premissas o que ocasiona a imprecisão em seu cálculo.

Em soma a isso, é importante ressaltar que quem realiza apenas os trabalhos domésticos é considerado como “*inativo*” para o mercado, confirmando a colocação da Comissão que trata como trabalho “invisível” considerado por ser incapaz de determinar sua importância.

Na realidade, os afazeres domésticos são considerados fundamentais para o dia-a-dia das famílias. Os cuidados da limpeza, alimentação, idosos, crianças e enfermos são necessárias e deveriam ser valorizadas como “trabalho”. Contudo a CMEPSP (2009) lembra que os mesmos trabalhos feitos por terceiros entram no cálculo dado que se considera como trabalho. Segundo Oliveira (2013), o fato é curioso visto que quando o “patrão” paga a “domestica” pelos serviços de lavar, passar, cozinhar, faz o PIB subir, em contrapartida se for à mulher do “patrão ou o próprio patrão” a fazer os mesmos trabalhos, a economia a esquece.

3.3.7 *Trabalho voluntário*

O trabalho voluntário é considerado igualmente ao trabalho, dito como “invisível” dado que não soma às estatísticas, valores importantes, porém, o voluntariado não é somente um número e tais serviços entram na sociedade como um solucionador que invade o coletivo trazendo dois benefícios (Guimarães, Gil, 2006 p. 25): 1- Benefício para a sociedade; 2 - Benefício para si mesmo.

Segundo a ONU o trabalho voluntário pode ser conceituado de diversas formas, o site “voluntarios.com.br” conceitua como: “O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos”

Dessa forma, o trabalho voluntário pode não trazer numericamente e estatisticamente o crescimento de um país, mas, ao considerar o bem-estar, o trabalho voluntário eleva a satisfação pessoal ao ajudar o próximo. A sociedade é a principal beneficiária quando recebe este trabalho que pelo mercado ignora apesar de cumprir o que a economia não supre.

3.3.8 *Valores do lazer*

Para o mercado o que importa é se as pessoas estão gerando renda para adquirir os bens que aumentam sua satisfação, um ciclo constante que só soma na estatística.

Focando apenas em bens e serviços podem influenciar medidas comparativas de bem-estar para a produção de bens e serviços. Isto é de particular preocupação, o mundo começa a entrar em acordo com as restrições ambientais: não será possível aumentar a escala de produção econômica, especialmente de bens, além do limite. Impostos e regulamentos serão impostas que tanto desencorajar a produção de bens e mudar a forma como eles são produzidos. Seria um erro, além da diminuição da produção e consumo como eles estão atualmente registrados, a não considerar que um aumento no tempo de lazer pode beneficiar o bem-estar (CMEPSP, 2009, p. 131)

Segundo a Comissão, é preciso que o lazer entre no cálculo para determinar o bem-estar da população.

Nordhaus e Tobin (1973) foram os primeiros autores a pontuar que o lazer deveria ser computado na renda nacional propondo que o tempo adicional de lazer é mais benefício que o trabalho para o bem-estar, contudo para o cálculo do PIB medir o tempo de lazer é uma tarefa quase impossível dado que não há valores monetários (CMEPSP, 2009, p. 132).

3.3.9 *Externalidades*

Segundo CMEPSP “existir externalidade faz com que algumas mudanças alterem o funcionamento do mercado” (CMEPSP, 2009) e é classificada como sendo positiva ou negativa:

- 1- Externalidades positivas são aquelas que, de certo modo, coisas pequenas alteram o dia a dia das pessoas ou empresas, um exemplo é o perfume que usado por uma pessoa que pode atrair melhores relações para com as pessoas;
- 2 - Por outro lado as externalidades negativas são aquelas que para promover uma maior produção, é feito algo negativo em contraposição. Exemplo: para aumentar a produção uma empresa polui um rio ou desmata para acelerar esse crescimento. (CMEPSP, 2009).

As mensurações dos serviços ofertados pela natureza são mensuradas de forma comprometida tratando o índice de bem-estar; diversos fatores ambientais são ocultados do cálculo e outros calculados de forma errônea. O ar, água, poluição, desmatamento e os danos provocados à natureza não são contabilizados no Produto Interno Bruto (capital natural); Ao tentar reverter esses processos, os investimentos desprendidos fazem o PIB crescer, Neste ponto é possível citar como exemplo as ações de reflorestamento ou despoluição que alteram a mensuração.

As críticas sobre o PIB relacionam diversos fatores dentro da economia, porém, ao ver do meio ambiente, se torna ainda mais frágil. A CMEPSP (2009) busca indicadores baseados em medidas que reflitam o bem-estar econômico. (WEITZMAN, 1976, apud CMEPSP, 2009, p.86).

3.3.10 Externalidades Ambientais - Catástrofes naturais.

Conforme já mencionado acima, a CMEPSP separou boa parte do relatório para apresentar os custos referentes ao meio ambiente e o uso dos recursos naturais.

Bergh (2009), um dos principais estudiosos desta temática, avalia as catástrofes naturais na soma do PIB e no crescimento de um país. O PIB não dá atenção aos custos ambientais que a poluição provoca ou que um desmatamento deixa para a sociedade. Conforme o autor se for preciso para um país desmatar todo seu território e depois promover campanhas de plantio para promover o crescimento do mesmo, isso irá acontecer. Nesse exemplo o PIB daria um salto significativo, entretanto o bem-estar das pessoas é esquecido.

Foi seguindo esta colocação que Stiglitz (2009) determinou um melhor detalhamento quando comparou diferentes períodos do PIB na mesma região. O resultado foi que, nos períodos que aconteceram catástrofes naturais (furacão, terremoto, avalanche, desmoronamentos, queimadas etc.) mudanças no crescimento econômico ocorreram provocados pela elevação do PIB.

Toya e Skidmore (2012) corroboram a ideia de Stiglitz determinando os fatores para essa alavancagem do PIB. Segundo os autores é com os desastres naturais que o mercado se fortalece com novas tecnologias e com a renovação da infraestrutura. O que o desastre destruiu o governo se esforçará para refazer a área “devastada” e investirá para prevenir futuramente outro desastre. Dessa forma o Produto Interno Bruto só contabiliza o investimento na área: povoando a contratação de empresas, gera empregos e outros fatores que fazem com que a economia se movimente, apesar de ignorar o prejuízo que um desastre natural costuma causar na vida das pessoas.

Diante das limitações do PIB, a próxima seção terá enfoque na apresentação de medidas alternativas ao PIB capazes de englobar as lacunas deixadas pela metodologia de cálculo do PIB.

4 MEDIDAS DE BEM-ESTAR AGREGADO.

Para tentar solucionar os problemas elencados nos capítulos anteriores sobre as deficiências que as contas nacionais sofrem sob a dimensão do bem-estar, diversas outras propostas foram feitas com o objetivo de avaliar e mensurar essa dimensão. Dos estudos realizados para elaborar com exatidão de tais medidas econômicas agregadas (e médias) existentes o PIB per capita não é satisfatória para determinar o quão bem a economia está em relação a sustentabilidade ambiental, a felicidade e o bem-estar das pessoas.

O presente capítulo propõe-se citar os principais índices para medir a qualidade de vida das pessoas. Muito deles estão relacionados ao IDH e a pesquisas subjetivas sobre a felicidade. Tais índices possuem vantagens e desvantagens como será visto nesta seção.

Para determinar o bem-estar subjetivo a CMEPSP (2009) determinou que cada pessoa será responsável para determinar seu grau próprio de felicidade. A partir disso os estudos realizados deveriam estar de acordo com a tradição utilitarista que determina que o bem-estar e a qualidade de vida se refletem pela satisfação das pessoas. Easterlin (1974,) considerado o pai dos estudos do bem-estar subjetivo, relacionou a renda com a felicidade percebida. Respondendo em seus estudos perguntas do tipo: *as pessoas mais ricas e que vivem nos países desenvolvidos são mais felizes do que as pessoas mais pobres e que vivem em países subdesenvolvidos?*

Para a CMEPSP (2009) para fazer uma medida padrão do bem-estar é preciso utilizar componentes como: segurança, educação, saúde, meio ambiente, atividades pessoais, voz política e conexões sociais. O IDH é um indicador que mede os índices de educação, saúde e renda. Dado que este indicador é divulgado pela ONU tornou-se possível medir e comparar diversos países em um período determinado de tempo. Assim, segundo Bergh (2009) tal divulgação gera um problema informacional, contribuindo para aliviar os problemas encontrados na generalização do valor do Produto Interno Bruto.

Este capítulo trata-se de cinco índices (ou medidas de bem-estar econômico) na seguinte ordem: MEW (Nordhaus; Tobin, 1973), o ISEW (Daly; Cobb, 1994), o GPI (Cobb et al, 1995 , Cobb et al, 1999), o IEWB (Osberg; Sharpe, 2002).

4.1 Medida de bem-estar econômico (MEW)

Criado em 1973 por Williams Nordhaus e James Tobin a Measure of Economic Welfare foi o índice que abriu caminhos para discutir as medidas de bem-estar. A MEW baseia-se em agregados macroeconômicos adicionando valores em termos monetários.

Nordhaus e Tobin (1973) propõem que a medida de bem-estar econômico seja calculada com base no Produto Interno Bruto com ajustes no bem-estar econômico classificados em três categorias:

- 1- Reclassificação das despesas do Produto Interno Bruto – A MEW segue o princípio de medida de consumo que tem como prioridade descontar do PIB os gastos com investimento e com bens considerados não finais (intermediários). Assim, o cálculo seria chamado de Produto Interno Líquido (PIL), mas a MEW considera os bens duráveis como bens de capital. Segundo os autores, as alterações dos produtos de bens que sofrem mais processos de depreciação não influenciam na medida de bem-estar. Outro ajuste sugerido é consideração dos gastos com educação, saúde e segurança como investimentos de capital.
- 2- Ingresso de aspectos como lazer e trabalho doméstico - Para Nordhaus e Tobin a educação e saúde devem ser consideradas como serviços intermediários e não como consumo direto, pois tais investimentos refletem um maior ganho de produtividade no trabalho e assim não necessitam ser mensurados duas vezes. A MEW não leva em conta o bem-estar que os serviços com educação e saúde geram para as pessoas. Sobre o lazer, os autores percebem que o custo do tempo de lazer não foi modificado com a evolução da tecnologia, mas o trabalho não remunerado foi afetado com tal progresso. (DALY; COBB, 1994 p. 77 -78)
- 3- Desamenidades Urbanas – Nordhaus e Tobin explicam que as externalidades negativas são provocadas pela urbanização. Estudos feitos através de cálculos econométricos mostraram que as diferenças de renda de pessoas que residem em cidades maiores são compensadas pelas Desamenidades da vida e trabalho urbano chegando a 5% do Produto Interno Bruto.

4.2 Índice de Bem-estar Econômico Sustentável (ISEW)

O Index of Sustainable Economic Welfare – ISEW (ou chamado de índice de bem-estar econômico sustentável – IBES) foi criado em 1989 por Herman Daly e John Cobb Jr tendo uma revisão em (1994 DALY; COBB, 1994, p. 443). O ISEW apoia-se na MEW, mas tem um foco na sustentabilidade econômica. Segundo os idealizadores desse novo índice sintético o MEW era incompleto por não considerar as questões ambientais que vem se tornando cada vez mais importante.

- Depleção de recursos naturais: Para Daly e Cobbo capital natural deve ser inserido no cálculo com intuito de chegar a uma medida de bem-estar mais completa. Segundo os autores a omissão do capital natural faz a MEW não ser um índice que mostra o bem-estar por completo. Daly e Cobb (1994, p. 449) explica que Nordhaus e Tobin ao idealizar a MEW não consideravam os recursos naturais no seu cálculo por compreender que tais recursos são substituídos pelo homem e os avanços tecnológicos submete a utilização dos recursos naturais de forma mais eficiente. Daly e Cobb (1994) elucidam que a o bem-estar futuro menor que o bem-estar presente deve ser mensurado como um custo realizado no presente. Para os autores deveria ser estimada uma medida de bem-estar que deveria ser mantido para proporcionar para novas gerações a perda de serviços de fontes não renováveis, além disso, uma dedução sobre as perdas de recursos naturais a ser contabilidade como depreciação de capital.

- Danos ambientais: Segundo Daly e Cobb (1994) os efeitos da poluição, desmatamento, queimadas, entre outros dados ambientais devem ser feitos para medir o bem-estar. Para os autores deve haver uma dedução do cálculo do bem-estar para os gastos com o controle de poluição, descontaminação da água, ar e solo.

- Valor do trabalho doméstico não remunerado: No cálculo do ISEW os autores dão grande importância para o trabalho doméstico não remunerado no bem-estar. Daly e Cobb deram valores para as horas trabalhadas mesmo não sendo remunerado. Para tanto a valorização foi feita com base nos trabalhos domésticos remunerados: "apesar dos diversos dispositivos de auxílio ao trabalho doméstico introduzidos nos últimos 80 anos, a redução no número de horas gastas em trabalho doméstico foi mínima" (DALY; COBB, 1994, p. 458).

Sobre as considerações finais do ISEW, Daly e Cobb propunham algumas limitações do seu índice: o ISEW não considera que a felicidade está interligada com a renda ou riqueza

absoluta (EASTERLIN, 1974). Como não é possível mensurar no bem-estar tal fator Daly e Cobb decidem "ignorar este importante fato no ISEW, assim como outros o fizeram" (DALY; COBB, 1994, p. 460).

4.3 Indicador de Progresso Genuíno (GPI)

O GPI idealizado por Cobb et al (1999) foi inspirada pelo trabalho realizado por Daly e Cobb de 1994 com intenção de criar uma medida de bem-estar completa. Daly e Cobb fazem uma crítica na utilização do PIB para determinar o progresso econômico e que seu aumento não demonstra uma melhora no bem-estar.

O cálculo do GPI usou a metodologia do ISEW, vários autores como (BÖHRINGER; JOCHEM, 2006; LAWN, 2003, p.108) não diferenciam os indicadores mas demonstram que o GPI é um indicador mais rico. Cobb et al (1999) adicionam o consumo privado e desconsidera os gastos públicos pois estes são de ordem defensiva. Assim o gasto privado é ajustado pela distribuição de renda somando também: 1) Valor do trabalho doméstico não remunerado; 2- Valor de bens duráveis; 3- Serviços realizados em rodovias e ruas. E deve ser ignorado os 1- gastos defensivos (redução da qualidade de vida devido a poluição, assaltos e acidentes); 2- custos sociais (tempo não usufruído com o lazer); 3 – depreciação de bens naturais (lixo e poluição)

Para Cobb et al (1999) o crescimento do GPI deve ser menor que a do PIB por deduzir mais fatores do que o PIB faz em seu cálculo.

4.4 Índice de Bem-estar Econômico (IEWB)

O Index of Economic Well-Being ou índice de Bem-estar Econômico – IEWB foi projetado nos anos 80 por Osberg e Sharpe, e vem seguindo o mesmo caminho que Nordhaus e Tobin com objetivo de propor um índice de bem-estar econômico. Como visto anteriormente os autores seguem um modelo anterior (MEW) e mais recente o GPI e o IDH. O IEWB ao passar dos anos vem sendo estudado e melhorado e adequado a vários países espalhados pelo mundo como Alemanha, Bélgica, Canadá Espanha, EUA, França, Holanda Itália, Noruega, Inglaterra. (OSBERG; SHARPE, 2009 p. 35)

O IEWB foi construído em quatro partes propondo correções ao PIB:

- 1) Consumo médio efetivo per-capita - Segundo os autores os ajustes devem ser somados: (a)lazer – o valor do lazer é feito a partir do custo de oportunidade da hora de lazer multiplicado pela diferença das horas de lazer e um padrão (OSBERG; SHARPE, 2009, p.20); (b)tamanho das famílias – a inclusão deste fator no índice de consumo efetivo se dá por entender que existem economias de escala no consumo familiar (OSBERG; SHARPE, 2009, p18.); (c)expectativa de vida; Devem ser subtraídos os gastos com bens intermediários (OSBERG; SHARPE, 2009 , p21.).
- 2) Recursos Produtivos – Os autores propõem mudanças nas riquezas já existentes, tais ajustes devem ser feitos para adequar o bem-estar econômico em função do estoque de capital humano (gastos públicos e privados em educação), e degradação do meio ambiente.
- 3) Distribuição de Renda–Utilizando o coeficiente de Gini como o indicador modelo de desigualdade de renda – calculado pela taxa de pobreza (número de pessoas abaixo da linha de pobreza) e o hiato de pobreza (porcentagem da renda da população necessária para levar todos os pobres até a linha de pobreza). Segundo os autores uma distribuição de renda desigual provoca uma queda no bem-estar econômico. (OSBERG; SHARPE 2009, p.44)
- 4) Segurança e insegurança econômica – Para Osberg e Shape (2009) a insegurança econômica gera um bem-estar negativo. Componentes do ajuste são: risco de desemprego, doença, pobreza entre as mães solteiras e a pobreza dos idosos.

Segundo o quadro 1 é possível compreender os componentes e índices ponderados no cálculo de Osberg e Shape (2009):

Quadro 1: Formula do IEWB

[A] Consumo total per capita
[B] Consumo
[C] Riqueza total per capita
[D] Riqueza total
[E] índice de igualdade Econômica
[F] Segurança Econômica

$$\text{IEWB} = [G = (B+D+E+F) / 4]$$

Fonte: OSBERG; SHARPE, (2009, p.48)

Segundo Osberg e Sharpe o cálculo é feito pelos índices acima e possui um peso igual, e possui um intervalo de 0 a 1, onde 0 é o valor mínimo e 1 o valor máximo (OSBERG; SHARPE, 2009, p.48).

4.5 Análises comparativas de medidas de bem-estar econômico.

Anteriormente foram descritos quatro indicadores de bem-estar econômico, cada um deles possui um objetivo para determinar o bem-estar econômico. Por fim deste capítulo será feito uma comparação exemplificando os indicadores vistos.

Os três primeiros indicadores (MEW, ISEW e GPI) possuem uma semelhança muito peculiar na forma de mensurar os dados: tais indicadores partem do modelo do consumo privado e pessoa somando ajustes resultando em um indicador em termos monetários. Mesmo seguindo um padrão o ISEW e GPI focam nos problemas ambientais enquanto o MEW prioriza no lazer das pessoas. Tais indicadores utilizam a soma de parcelas tendo como resultado um valor monetário.

O quarto índice proposto (IEWB) tem um cálculo diferente dos anteriores, O IEWB faz uma soma ponderada de quatro componentes que resulta em um valor de 0 a 1. Dessa forma é possível fazer uma comparação entre o MEW, ISEW e GPI diferente do IEWB.

A tabela abaixo mostra de forma resumida os componentes que integram o cálculo de cada um dos quatro indicadores proposto neste trabalho. Mesmo utilizando uma tabela para mostrar a utilização dos componentes, deve-se ressaltar que pode haver diferença conceitual entre as parcelas semelhantes de cada indicador.

Quadro 2 - Elementos integrantes no cálculo do bem-estar dos indicadores

Componentes	MEW	ISEW	GPI	IEWB
Consumo pessoal (+)	X	X	x	X
Correção por distribuição de renda (+/-)		X	x	X
Correção por índice de pobreza (+/-)				X
Correção por tamanho de família (+/-)				X
Correção por expectativa de vida (+/-)				X
Valor do lazer (+)	X		Xa	x ^a
Valor do trabalho doméstico (+)	X	X	x	? ^b
Valor do trabalho voluntário (+)	X		x	? ^b

Gastos defensivos em educação e saúde (-)	X	X		
Custos de bens duráveis (-)	X	X	x	
Serviços de bens duráveis (+)	X	X	x	
Serviços de estradas e ruas (+)		X	x	
Consumo do governo (+)	X			
Investimentos em educação e saúde (+)		x ^d		x ^e
Custo do crime (-)			x	
Custos de problemas familiares (-)			x	
Custo de subemprego (-)			x	
Custos de comutação (-)	x ^f	X	x	
Custo de prevenção de poluição (-)		X	x	
Custo de acidentes de automóveis (-)		X	x	
Custos de poluição da água (-)		X	x	
Custos da poluição do ar (-)		X	x	
Custos de poluição sonora (-)		X	x	
Perdas de zonas úmidas (-)		X	x	
Perdas de terras aráveis (-)		X	x	
Depleção de recursos não-renováveis (-)		X	x	x ^g
Custo de danos ambientais de longo prazo (-)		X	x	
Custo da depleção da camada de ozônio (-)		X	x	
Perdas de florestas maduras (-)			x	
Investimento líquido de capital (+)	x ^h	X	x	xi
Dívidas/Créditos com outros países (+)		X	x	X
Correção por desamenidades (-)	X			
Contabilização de capital humano (+)	x ^j			X
Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (per capita) (+)				X
Insegurança econômica (+/-)				X

Fonte: BRUGNARA, T. Estudo comparativo sobre medidas de bem-estar econômico. 2010

^a valor calculado por diferença com relação a ano base;

^b parcela presente na metodologia, porém não incluída no cálculo em função da não disponibilidade de dados.

^c supõe-se que trabalho voluntário esteja englobado em "atividade não mercado"

^d corresponde ao item "melhoria dos gastos em educação"

^e saúde" e referente a gastos com programas sociais per capita

^f pertencente ao item "gastos defensivos privados"

^g utilizado para mensurar os custos impostos ao capital ambiental

^h para a MEW tal investimento é positivo caso seja proporcionalmente superior ao crescimento populacional e de produtividade

ⁱ utilizado para quantificar o estoque de capital físico

^j utilizado indiretamente para cálculo do investimento líquido de capital

É importante notar, conforme visto acima, que, apesar de diferentes medidas compartilharem parcelas semelhantes, pode haver diferenças metodológicas bastante diferentes entre tais índices. No caso do IEWB deve-se alertar para o fato de que tal índice usa

primariamente valores per capita e é calculado pela media de sub indicadores e não soma simples de parcelas como os outros indicadores e medidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho mostrou, com bases em revisões teóricas, que o Produto Interno Bruto possui restrições no que diz respeito a mensurar o desenvolvimento econômico. A

identificação de tais problemas ajudou na apresentação das alternativas mais condizentes com a realidade de um indicador realmente capaz de ilustrar não apenas o crescimento econômico, mas também o bem-estar da população, levando-nos então a um indicador de desenvolvimento. A precisão de chegar a um indicador que medisse o bem-estar, ou chegar mais próximo possível não remete-se a uma tarefa fácil, mensurar a população de forma individual é um ideal complexo.

Portanto o objetivo não foi deixado de lado. Seguindo o relatório da Comissão de Mensuração da Performance Econômica e Progresso Social (CMEPSP, 2009) mostra a importância de medir o bem-estar da população e que as pessoas não vivem somente de números aleatórios e sim de uma saúde, segurança e meio ambiente melhores.

Para identificar tais problemas, no capítulo dois desse trabalho foram feitas análises a cerca do conceito e mensuração do PIB, bem como diferenciar crescimento e desenvolvimento Econômico e diferenciar o PIB, PIB per capita e PNB. Mostrando a importância dessas variações do Crescimento e desenvolvimento, onde crescimento é o aumento do PIB, ou seja, a elevação ou queda dos fatores que o PIB incorpora tais como: o consumo privado, os gastos do governo, investimento total da região estudada importação e exportação. Enquanto o desenvolvimento econômico está relacionado a melhoria do bem-estar das pessoas.

Usando como base o recente relatório da comissão de mensuração do Performance econômico e progresso social (CMEPSP, 2009) foi possível compor o terceiro capítulo deste trabalho, os autores tratados nesse trabalho são unânimes em identificar alguns problemas encontrados no Produto Interno Bruto como um indicador de desenvolvimento e assim explicar o que o PIB não mensura e como é possível calcular a qualidade de vida da população.

No quarto capítulo, alguns índices de desenvolvimentos alternativos foram apresentados, buscando compreender os problemas analisados no capítulo anterior. MEW ISEW e o GPI são os mais importantes índices de mensuração do bem-estar econômico. Cada Indicador possui suas metodologias e apresentam propósitos, mudanças no PIB ou até mesmo propor um novo método de cálculo de um índice de bem-estar.

O presente trabalho teve como objetivo o enriquecimento do debate e divulgar o que deve se levar em consideração ao mensurar uma região ou um país. Mesmo todos os aspectos de bem-estar econômico não sejam mensurados como segurança, trabalho informal, lazer e o meio ambiente fazem parte desses indicadores apresentados.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. A Theory of the allocation of time. **The Economic Journal**, vol.75, n. 299, 1965, p. 25-41.

BELLIA, V. **Introdução à economia do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 1996.

BERGH, J. GPD Paradox. **Journal of economic psychology**. 30, 2009, p. 117-135.

BRESSER PEREIRA, L. C. **O Público Não Estatal na Reforma do Estado**, São Paulo: FGV, 1988.

BRUGNARA, T. Estudo comparativo sobre medidas de bem-estar econômico. 2010
Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28128/000765476.pdf?sequence=1> em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28128/000765476.pdf?sequence=1>>
Acesso em 20/03/15.

Centro de Voluntariado de São Paulo. **Gerenciamento de Voluntário**. São Paulo, 2001

CMEPSP: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress...
Disponível em: <<http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm>> acesso em
De março de 2015;

COBB, C.W.; HALSTEAD, T.; ROW, J. **The Genuine Progress Indicator: Summary of data and methodology**. San Francisco: Redefining Progress. 1995.

COLMAN, D. NIXSON, F. (1981): **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva moderna**. São Paulo: Ed. Campus.

CONSTANZA, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P. M & SERÔA DA MOTTA, R. (org.) **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994, p. 11- 44.

CNM/COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA. **Roteiro para elaboração de projetos de monografia**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/Coordenação de Monografia, 2007. Disponível em <<http://www.cse.ufsc.br/~gecon/>>. Acesso em: 19 de Abril de 2013

DALY, H. Toward a measure of sustainable social net national product. In: AHMAD, Y. J., EL SERAFY, S., LUTZ, E. (eds). **Environmental accounting for sustainable development**. Washington, D.C.: World Bank/Unep, 1989. p.8-9.

DALY, H. **Steady-state economics**. San Francisco: W. H. Freeman. 1977.

DALY, H.; COBB, J. **For the Common Good: Redirecting the Economy toward Community, the Environment, and a Sustainable Future.** Boston: Beacon Press, 1989.

FOLKE, C. etalii. Investing in natural capital — why, what, and how? In: JANSON, A. etalii (eds). **Investing in natural capital, the ecological economics approach to sustainability.** Washington: Island Press, 1994. p.1-20.

HENDERSON, H. PIB: um indicador anacrônico. **Le Monde Diplomatique**, 16/12/2007. Disponível em: <www.diplo.uol.com.br/2007-12,a2026>. Acesso em 10/04/2013.

IPEA. Comunicado nº 149/2012 – **Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero.**

JAKOBSEN, K. **A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil.** In: JAKOBSEN, K. Mapa do trabalho informal. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 64p.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** Campinas: Alínea Editora. 2ª ed., 2003.

MULLER, C. As Contas Nacionais e os custos ambientais da atividade econômica. **Análise Econômica**, v.12, mar/set. 1995, p.66-99.

REPETTO, R. etalii. **Wasting assets: natural resources in the national income accounts.** Washington D.C.: World Resources Institute, 1989.

SEN, A.O desenvolvimento como extensão de capacidade. **Revista Lua Nova**, n.18. São Paulo: CEDEC. 1993, p. 159-175.

SILVA, E. M. da M. Economia Aplicada. Petrópolis: Vozes, 1984

SOUZA, Nali de J. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas, 1993.

STIGLITZ, J. E. GDP Fetishism. **The Economists' Voice**, vol. 6, n. 8, 2009, p. 329-349.

THUTOW, L. C. Education and economic equality. In: **The “Inequality” Controversy: schooling and distributive justice**, ed. Donald M., Levine e Mary Jo Bane. New York: Basic 1975.

TOYA, H. & SKIDMORE, M. Do Natural Disasters Enhance Societal Trust? **CESifo Working Paper Series 3905**, CESifo Group Munich, 2012.

UNITED NATIONS - Department for Economic and Social Information and Policy Analysis Statistical Division. **Handbook of National Accounting: Integrate desenvironmental and economic accounting, interim version.** New York, 1993. 182p.

VAURY, O. Is GPD a good measure of economic progress? In: FULLBROOK, E. (org.) **Real world economics: a Post-autistic economics reader.** London: Anthem Press, 2007, p. 215-219.
VOLUNTARIOS.COM.BR. O que é voluntariado. Disponível em: http://www.voluntarios.com.br/oque_e_voluntariado.htm. Acesso em: 28/04/2014.

ZOLOTAS, X. **Economic growth and declining social welfare.** New York: New York University Press. 1981.

VEENHOVEN, R., *World Database of Happiness*, Catalog of Happiness Queries, <http://www.eur.nl/fsw/research/happiness> (2003). Acesso em: 28/04/2014